

Teoria do Discurso: uma ferramenta de análise dos movimentos sociais e da educação

Discourse Theory: a tool for analysis of social movements and education

Oséias Soares Ferreira*
Cristiane Maria Oliveira Mendonça**

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a Teoria do Discurso elaborada pelos estudiosos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Estes pesquisadores fornecem recursos conceituais e interpretativos importantes para o desenvolvimento de pesquisas no campo social e educacional, permitindo múltiplas aberturas e a compreensão da polissemia de significantes em um discurso. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de abordagem teórica, onde buscou-se a partir da leitura de obras específicas dos autores em questão analisar as contribuições desta corrente teórica para os estudos dos movimentos sociais no Brasil e na análise da política de *accountability* nas pesquisas em política educacional no país.

Palavras-chave: Teoria do Discurso; Movimento Social; *Accountability*.

Abstract: This article aims to analyze the Discourse Theory developed by the scholars Ernesto Laclau and Chantal Mouffe. These researchers provide important conceptual and interpretive resources for the development of critical educational research, allowing for multiple openings and the understanding of the polysemy of signifiers in a discourse. It is a qualitative research with a theoretical approach, where it was sought from the reading of specific works of the authors in question and the educational practices experienced by us to analyze the contributions of this theoretical current in research in Educational Policy.

Keywords: Discourse Theory; Social movement; *Accountability*.

Recebido em: 30/9/2021
Aprovado em: 4/11/2021

* Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Educação pela mesma instituição. Graduado em Pedagogia pela Faculdade do Noroeste de Minas e em História e pela Faculdade Doctum. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Diferenciação Sociocultural (GEPEDISC/FE/UNICAMP). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES-ES). E-mail: oseias.soares.ferreira@gmail.com.

** Mestre em Administração pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Graduada em Administração pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Reitora do Centro Universitário da Grande Fortaleza (UNIGRANDE) desde 2020. E-mail: cristiane.mendonca@unigrande.edu.br.

Introdução

A Teoria do Discurso elaborada pelos estudiosos pós-marxistas Ernesto Laclau e Chantal Mouffe fornecem recursos conceituais e interpretativos para o desenvolvimento de pesquisas no campo dos movimentos sociais com desdobramento no educacional, permitindo múltiplas aberturas e a compreensão da polissemia de significantes em um discurso. A teoria parte da compreensão de que o conjunto de relações existentes representa uma série de demandas particulares, mas que podem ser agregadas em torno de uma “bandeira” comum.

Como exemplo dessa colocação, têm-se as experiências das Jornadas de junho de 2013, também referenciadas como Levante popular de 2013, no Brasil, e o discurso dos docentes diante dos mecanismos de controle, como as políticas de *accountability* educacional que se constitui nas dimensões de avaliação, responsabilização e prestação de contas.

À luz da diferença, no tipo de estratégia política implantada nos discursos dos distintos fenômenos, observamos a predominância de uma ou outra das lógicas que Laclau e Mouffe formularam como típica da construção da *hegemonia* e *lugar vazio*. Seja interpretando as mobilizações de massa ocorridas simultaneamente em mais de 500 cidades do Brasil no ano de 2013; ou examinando a política educacional imposta aos docentes – cobrados pelos resultados de aprendizagem e cumprimento de metas curriculares, independente do nível de ensino a que pertencem – com resultados na superexploração de seu trabalho, a Teoria do Discurso contribui para analisar as “bandeiras” comuns, que aproximam movimentos aparentemente distintos.

O que está posto na formulação deste artigo é como a Teoria do Discurso pode contribuir para a construção ou percepção desta aproximação, tendo em vista que a teoria parte da compreensão de que o conjunto de relações existentes representa uma série de demandas particulares, mas que podem ser agregadas em torno de uma “bandeira” comum.

O recorte realizado gira em torno do conceito de *significante vazio*, mas dialoga ainda com os conceitos de emancipação, deslocamento e hegemonia. Centrou-se nesse artigo nas obras *Inclusão, exclusão e a construção de identidades* (2006), *La razón populista* (2005), *Hegemonia e estratégia socialista* (2015) e, especialmente, *Emancipação e diferença* (2011). Em termos analíticos, busca-se a partir de uma investigação bibliográfica com abordagem qualitativa realizar uma reflexão sobre a Teoria do Discurso como teoria que se diferencia da abordagem marxista, em se tratando de uma percepção de *significante vazio* e emancipação que contribui para pensar às formações de identidades (processos de identificação política).

Defende-se que a interpretação sobre a Teoria do Discurso desenvolvida por Laclau e Mouffe abre novas possibilidades teóricas em relação ao estudo dos movimentos sociais – com suas aspirações democráticas – e a análise das políticas de *accountability* no campo educacional, com isso tem-se novas possibilidades de processos de formações de identidades/identificações e instrumentos de resistência.

Diante disto, este artigo busca apresentar os formuladores da teoria, tratar sucintamente de suas características constituintes, expor como pode-se percebê-la a partir de movimentos da sociedade civil e propor como poderia ser utilizada a Teoria do Discurso como base teórica de estudos sobre *accountability* educacional.

Apresentação dos autores

Ernesto Laclau (1935–2014) foi um teórico argentino, pesquisador e professor da Universidade de Essex. Dentre suas diversas influências epistemológicas destacam-se o desconstrucionismo de Jacques Derrida e a psicanálise de Jacques Lacan. O auge de sua carreira ocorreu nos anos oitenta quando publicou, *Hegemonía y estrategia socialista: Hacia una radicalización de la democracia* (1985), juntamente com sua esposa Chantal Mouffe. A obra se tornou uma das primeiras em áreas de estudo como a teoria crítica, teoria da democracia, subjetivação política ou movimentos sociais, apresentando uma articulação entre uma abordagem pós-marxista, que parte da releitura de Antonio Gramsci, além de pós-estruturalista, sendo considerado um marco de revisão do pensamento marxista. Contudo, sua produção mais icônica e que o consagrou como um dos grandes pensadores contemporâneos foi *La Razón Populista* (2005).

Já Chantal Mouffe é uma cientista política e filósofa, professora de Teoria Política na Universidade de Westminster, no Reino Unido, sendo mais conhecida por sua contribuição, junto com Laclau, referente ao desenvolvimento da análise de discurso. Em suas produções conjuntas os estudiosos rejeitam a ideia de que o determinismo econômico marxista e a luta de classes sejam os pontos fundamentais na dinâmica social. Enfatizam a importância de se desencadear uma democratização radical e um antagonismo pluralista no qual se possam expressar harmonicamente os conflitos sociais.

De acordo com Costa (2012), os autores são considerados pós-marxistas porque diante das diversas transformações históricas da sociedade na última década – novas demandas envolvendo o declínio da classe trabalhadora, a crescente penetração das relações capitalistas de produção em diferentes espaços da vida social e a crise e descrédito do modelo de sociedade implantado nos países socialistas (socialismo real) – propuseram instrumentais analíticos que rompiam com a dialética materialista. Laclau e

Mouffe apresentaram um projeto para a esquerda, tendo como uma das bases a crítica as categorias do marxismo clássico, renunciando à ideia de totalidade, superação da luta de classes e definindo a democracia como valor universal.

Isto não quer dizer que a teoria marxista estivesse descartada completamente. Na verdade, os autores afirmam que a teoria pode auxiliar na construção de um novo pensamento para a esquerda, mas com a “preservação de alguns de seus conceitos [...]” e “[...] transformação ou abandono de outros [...]” (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 5). Pode-se citar como exemplo destas diferenças, a questão referente ao poder. Enquanto, para a teoria crítica marxista ele provém da esfera de luta travada no interior do Estado (opondo os grupos hegemônicos e contra hegemônicos) e está presente em toda parte como uma das expressões da contradição gerada na sociabilidade do capital. Para Laclau (1985, p. 23-24), “la hegemonía puede constituirse de dos formas: vía *transformismo* o vía *ruptura popular*”; en la segunda, “los diversos antagonismos [...] se articulan constituyendo un sujeto popular complejo que se presenta como alternativa contradictoria al conjunto del antiguo régimen”.

Essa percepção de hegemonia em Laclau, aduz a compreensão sobre o que deve ser preservado e superado no marxismo clássico. Para de Laclau e Mouffe faz-se necessário ir além do dogmatismo da esquerda da luta de classes e enfatizam que “[...] algumas formas de poder são visivelmente mais perigosas e ameaçadoras que outras[...]”, fazendo suscitar outras discussões que transcendem a luta de classe, trazendo à baila questões como gênero, raça, feminismo, dentre outros elementos que escapam das análises puramente econômicas (SILVA, 2005, p. 147).

Diante disto, os autores propõem no livro *Hegemonia e Estratégia Socialista*, as premissas de uma *Teoria Democrática Radical*. Essa teoria sugere uma democracia radical e plural. Seria radical porque sugere uma nova positividade do social. Positividade que se afirma com uma nova forma de hegemonia, entendida como operação política de construção do social a partir da articulação contingente onde as uma determinada particularidade assume a tarefa de representar várias outras particularidades, formando um universal compartilhado. Essa positividade, para os autores, tem potencial de conduzir ao respeito coletivo (por identificação), ao direito de igualdade de todos os grupos subordinados e plural porque reconhece que esta nova positividade, nunca poderá ser plena, devido a igualdade que será sempre limitada e a demanda por liberdade (COSTA, 2012).

Segundo Costa (2012, p. 574) Laclau defende que existe uma *crise da razão* e que ela propiciou uma “[...] crítica radical a toda forma de dominação [...]”, criando possibilidades para o estabelecimento de uma política progressista radical. Laclau (2005), em *La razón populista*, tece uma clara reprovação de projetos baseados na lógica populista, mas argumenta que o populismo não implica a posição subordinada de fazer

exigências sobre o poder, mas lutar pelo próprio poder (LACLAU, 2006), mediante a constituição de um “povo” democrático.

Mouffe em sua obra *The democratic paradox*, buscando compreender as sociedades contemporâneas, discute a principal diferença entre a democracia moderna e a democracia antiga. Segundo a estudiosa, a democracia moderna teria rompido com os marcos de certeza da sociedade, fazendo assim com que houvesse, quanto ao poder, um “*lugar vazio*” (COSTA, 2012, p. 574), aspecto fulcral da Teoria do Discurso.

A Teoria do Discurso: primeiras aproximações

Laclau e Mouffe, como pós-estruturalistas, também conhecidas como pós-modernas ou pós-críticas, têm como uma de suas bases a *desconstrução* da emancipação – discussão caracterizadas pela heterogeneidade, por múltiplas aberturas, e entendimento de liberdade. Laclau (2011) concebe emancipação é diferente de liberdade, em uma clara ruptura com à tradição clássica do marxismo, que atribuía a emancipação o fim do poder, o momento do vácuo permanente, no qual se destituiria uma estrutura sem sedimentar outra. Mas, para o autor todo ato emancipatório requer um momento de opressão: “Entre o momento emancipatório e a ordem social que o precedeu, há um abismo absoluto, uma radical descontinuidade” (LACLAU, 2011, p. 23). Logo, o ato da emancipação é um momento de desconstrução total; uma nova ordem será estabelecida, portanto, uma emancipação total é impossível.

Na desconstrução segundo a Teoria do Discurso laclauniana, com a mediação entre teoria crítica e prática política, a emancipação opera-se com uma nova estrutura substituindo a anterior. E esta emancipação se constitui em dois momentos radicais: uma fundação radical seguida por uma exclusão radical. Ou seja, um antagonismo erguido por um fundamento do social *versus* sua impossibilidade: “Se o ato de emancipação é verdadeiramente radical, ele vai realmente deixar para trás tudo o que o precedeu, tem de ocorrer no nível da fundação do social” (LACLAU, 2011, p. 24). O discurso se constitui nessa relação complexa e antagônica, marcado por um vazio deslocatório – “Na perspectiva laclauniana, deslocamento são situações que criam uma desestrutura. Os elementos de amarração são afrouxados precisando de um restabelecimento: o senso de identidade, a crise suturada” (FERREIRA, 2011, p 14).

A possibilidade do não fechamento de um discurso e de uma identidade é um dos traços da falha estrutural gerada pelo espaço vazio, com novas identidades. A partir disso, há o reconhecimento do surgimento de novas identidades políticas (antagônicas), demandas, de outros atores sociais como feministas, negros, gays, grupos culturais,

ambientalistas e religiosos, entre outros (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013; CARDOZO, 2014) – eis que “[...] o antagonismo e a exclusão são constitutivos de toda identidade” (LACLAU, 2011, p. 88). Importante ressaltar que essas questões quanto aos “novos” atores sociais, por exemplo, já existiam, mas o positivismo e a epistemologia moderna se posicionaram em direção a sua negação, submissão e controle.

Essa heterogeneidade característica das teorias pós-estruturalistas, tem contribuído, por exemplo, com seu potencial crítico, fornecendo recursos conceituais e interpretativos importantes para o enriquecimento das práticas de pesquisa educacional e investigações dos movimentos sociais, fazendo com que oposições clássicas como as que envolvem sujeito e objeto, fato e interpretação, verdadeiro e falso, sejam “violentamente abaladas” (CARDOZO, 2014).

A Teoria do Discurso busca, portanto, investigar, conforme Oliveira, Oliveira e Mesquita (2013, p. 1328) até que ponto e como, as “novas” identidades, demandas e atores sociais etc., “[...] se apresentam – mesmo que de forma marginal e/ou clandestina – nos contextos educacionais”. Os autores ainda acrescentam que a teoria colabora para o debate sobre como “[...] os movimentos e possibilidades de mudança social e transformação histórica abertos pela emergência e/ou reconhecimento desses novos atores e lógicas de atuação”.

De acordo com a Teoria do Discurso, a realidade se constitui no discurso. É o discurso que a torna possível. Segundo Oliveira (2009), fora do discurso, há existência, porém não existe significação. O discurso surge a partir de um conjunto de relações, representando uma série de demandas particulares. Segundo Oliveira, Oliveira e Mesquita (2013, p. 1329), a Teoria do Discurso desenvolve uma crítica epistemologicamente complicada, fazendo com que muitos pesquisadores iniciantes se afastem dela e outros a utilizem sem compreender profundamente suas implicações. Dentre as suas principais dificuldades de utilização em pesquisa está a necessidade de “[...] realização de uma (auto) crítica sobre a própria concepção epistemológica de *empíria* dominante nas ciências modernas”.

A Teoria do Discurso na Contemporaneidade

A Teoria de análise do discurso proposta por Laclau e Mouffe pode ser exemplificada no contexto atual brasileiro quando analisamos as Jornadas de junho de 2013. Movimento *sui generis* do século XXI no Brasil que levou milhares de pessoas às ruas no país protestando contra as mais diversas bandeiras – em uma clara pauta difusa. A última vez que o país viveu um fenômeno na mesma magnitude foi em 1992,

quando milhares de pessoas foram às ruas exigindo o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992). Ao longo dos vinte e um anos que se passaram, inúmeros outros protestos foram organizados por movimentos sociais – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento Negro, Movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) com suas variações etc. –, sindicatos e organizações estudantis, entre outros. Entretanto, nenhum desses protestos conseguiu mobilizar tantos manifestantes quanto o fez a manifestação de 2013.

As manifestações de junho em sua pluralidade de reivindicações, motivadas a princípio contra o aumento das passagens de ônibus, e organizadas em um primeiro momento pelo Movimento Passe Livre (MPL), rapidamente absolve outras demandas sociais. Desta forma, a manifestação – que a princípio tinha por intuito derrubar o aumento da passagem do transporte coletivo – transformou-se num protesto contra a corrupção, contra a precarização da saúde e da educação, contra a Proposta de Emenda Constitucional nº 37/2011 (PEC 37) – limitava a investigação de crimes à polícia, impedindo que isso fosse realizado pelo Ministério Público –, contra o projeto de “cura gay” – também conhecido pelos nomes Terapia da Reorientação Sexual, visando extinguir a homossexualidade de um indivíduo –, dentre diversas outras demandas. Enfim, tal pluralidade de reivindicações, somada ao fato de que os protestos pareciam não ter uma liderança específica, se tornou análises a respeito dessas manifestações, principalmente na área da Sociologia.

O conceito de significante vazio para tentar compreender estas Manifestações. Nos parece que, nos protestos que ocorreram no país em 2013, havia pelo menos nove significantes vazios, os quais mantiveram unidos – de forma totalmente incerta – um grande volume de demandas sociais.

Para Laclau (2011, p. 67),

Um significante vazio é, no sentido mais estrito do termo, um significante sem significado. Essa definição é também a enunciação de um problema. Afinal, como é possível estabelecer que um significante que não esteja ligado a nenhum significado continue sendo, apesar disso, parte integral de um sistema de significação?

Dito de outra forma, como é possível que um significante sem significado signifique alguma coisa? Como um significante que é vazio consegue manter um mínimo de sentido no interior de um sistema discursivo?

Pode se dizer que, o termo “significante” aponta para algo que possui valor semântico e, portanto, não pode ser vazio. Desta forma, um significante vazio seria então, do ponto de vista filosófico, uma contradição lógica. Laclau argumenta um

significante vazio seria um significante arbitrário, isto é, aquele que assume distintos significados em diferentes contextos de enunciação. Se assim fosse, não estaríamos diante de um efetivo significante vazio, mas antes de um significante equívoco: “em cada contexto, a função de significação se realizaria plenamente” (LACLAU, 2011, p. 68).

O autor parte do princípio de que “num clima de extrema repressão, toda mobilização por um objetivo parcial será percebida não somente como relacionada com a reivindicação ou os objetivos concretos dessa luta, mas também como um ato de oposição ao sistema” (LACLAU, 2011, p. 73). Dito de outra forma, num ambiente de repressão, como o de uma ditadura, por exemplo, toda luta parcial – uma passeata contra a morte de um estudante cometida pela polícia, por exemplo, transforma-se em símbolo de oposição ao sistema como um todo. Para que uma manifestação parcial possa representar um conjunto de outras diferenças, ela precisa esvaziar-se do seu significado particular; é justamente nesse ponto em que emerge um significante vazio.

É lugar comum, no que diz respeito às Manifestações de Junho de 2013 o fato de que o seu estopim foi o aumento da passagem do transporte público. Apesar dos protestos terem se intensificado a partir do mês de junho, sobretudo após o aumento da passagem de ônibus – de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 – na cidade de São Paulo, já havia ocorrido manifestações em Porto Alegre, em março de 2013, também em virtude do aumento da passagem do transporte coletivo; além disso, no Rio Grande do Norte, em Natal, havia ocorrido protestos já em agosto de 2012, os quais obtiveram uma significativa vitória, isto é, a revogação do aumento da passagem do transporte urbano – que subiria de R\$ 2,20 para R\$ 2,40.

Os acontecimentos de junho parecem ter agido também como um catalisador a partir do qual as manifestações espalharam-se por praticamente todas as regiões do Brasil. Algo importante a ser ressaltado a respeito dessas manifestações, é que elas foram organizadas via internet, através de redes sociais como *Facebook*. Entretanto, no decorrer das manifestações evidencia-se que na medida em que os protestos se difundiram pelo Brasil e que um número cada vez maior de manifestantes ia às ruas, diversas demandas parciais foram incorporadas aos protestos.

Os “R\$ 0,20” passam então a representar um conjunto de demandas parciais; os vinte centavos foram o ponto de partida para deixar amostra um conjunto de problemas sociais como a corrupção, a violência, a inflação etc. Dessa forma, rapidamente os protestos passaram a ser não somente contra o aumento da passagem de ônibus; os manifestantes que saíam às ruas protestavam pelas mais diversas demandas contrárias à corrupção, ao descaso com a saúde e a educação, aos altos salários e regalias dos políticos, às elevadas taxas de impostos, à baixa infraestrutura do transporte público, à violência urbana, à homofobia, aos altos gastos com as obras para a Copa do Mundo de 2014 etc.

Utilizando os pressupostos da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, podemos afirmar que os “R\$ 0,20” tornaram-se um significante vazio que articulou uma série de demandas. Os protestos contra o aumento da passagem do transporte urbano tornaram-se um significante vazio que passou a articular uma cadeia de similaridades. Cada uma das demandas particulares está representada pela reivindicação contrária ao acréscimo de vinte centavos ao valor da passagem dos ônibus. Todas elas possuem um inimigo em comum do outro lado da fronteira antagônica, isto é, o governo, seja ele municipal, estadual ou federal.

Demandas democráticas, neoconservadoras e, paradoxalmente, algumas bandeiras autoritárias se incorporaram gradativamente aos movimentos dando um caráter heterogêneo à luta iniciada pelo MPL. Esse pode ser considerado um dos motivos pelos quais as manifestações rapidamente se espalharam para diversas cidades do país e porque centenas de milhares de manifestantes saíram às ruas para protestar pelos mais variados motivos. Na medida em que um número cada vez maior de diferenças se incorporou aos protestos começaram a surgir conflitos internos ao movimento. Um exemplo disso foram os conflitos ocorridos entre manifestantes que defendiam um protesto apartidário e sem bandeiras representativas e grupos de manifestantes oriundos de movimentos sociais, centrais sindicais e partidos de esquerda.

No que diz respeito à *hashtag* “#sempartido”, o termo se popularizou na internet durante as manifestações principalmente em redes sociais como o Facebook e o Twitter. De uma forma geral, “#sempartido” remetia à ideia de que os protestos ocorridos no Brasil eram, e deveriam se manter, apartidários, ou seja, isentos da liderança de partidos políticos. É importante ressaltar ainda que a *hashtag* “#sempartido” esteve vinculada – no decorrer das manifestações de junho – a um forte sentimento de nacionalismo, ao invés de utilizar as cores e as bandeiras de partidos políticos, centrais sindicais ou movimentos sociais, boa parte dos manifestantes preferiu sair às ruas portando a bandeira do Brasil e com partes do corpo pintadas de verde e amarelo.

Dessa forma, em vários momentos, manifestantes que buscaram participar das manifestações portando bandeiras de partidos, além de serem expulsos de forma violenta, também tiveram seus objetos rasgados e queimados. Na medida em que novas demandas foram incorporadas aos protestos ficou claro que os integrantes do MPL não possuíam um controle sobre as manifestações. Quando analisamos as manifestações no Brasil não estamos diante um, mas sim, de vários significantes vazios. Podemos apontar ao menos sete deles: “saúde”, “educação”, “#sempartido”, “contra a Copa do Mundo de 2014”, “contra a PEC 37”, “contra a ‘cura gay’” e “fora Marco Feliciano”.

Ainda que o discurso de junho de 2013 trazia um movimento sem partido, vertentes políticas importantes surgiram deste movimento, por exemplo, o Movimento Brasil Livre (MBL), oriundo do MPL, que inicialmente propagava de forma enfática um discurso

neoliberal, contrário ao Estado e a favor do empreendedorismo, passa a defender, a partir de 2017, mais fortemente bandeiras conservadoras, quanto de demonização da esquerda. Da mesma forma, o então Deputado Federal Jair Bolsonaro, notoriamente reconhecido pela defesa de propostas de um Estado intervencionista, neoconservadoras e algumas de viés autoritários, passa a defender ideários “liberais” na economia, como estratégia eleitoral que vai culminar em sua eleição à presidência.

Accountability educacional no contexto da teoria do discurso

O termo *accountability* é envolvido em uma série de dúvidas ainda não respondidas. Uma delas envolve a sua própria tradução. No Brasil, simplesmente não há tradução para o termo, há apenas um conjunto de significados que buscam expressá-lo. Uma aproximação é mais aceita: prestação de contas e/ou responsabilização. Trata-se de atribuir a algo ou alguém o atributo de ser responsável por algo, exigindo-lhe a prestação de contas, podendo inclusive ser punido ou premiado dependendo de seu desempenho (PINHO; SACRAMENTO, 2009).

Os primeiros estudos de *accountability* no Brasil ocorreram na década de 90, sendo abordados dentro da esfera das organizações públicas, mais especificamente vindo como uma tentativa de melhoramento da relação entre o atendimento público e o cidadão. Mas, para a Campos (1990, p. 31), à época, “faltava aos brasileiros não precisamente a palavra, ausente na linguagem comum como nos dicionários. Na verdade, o que nos falta é o próprio conceito, razão pela qual não dispomos da palavra em nosso vocabulário.” Em sua abordagem a autora trafega por ideias de modernização, afirmando que “[...] quanto menos amadurecida a sociedade [...]” (CAMPOS, 1990, p. 47), menos provável a incidência de *accountability*.

Ao se considerar a dificuldade em elencar virtudes avaliativas da *accountability*, Campos (1990) já sinalizava em seu texto a importância dos elementos socioculturais. A esses elementos somados aos aspectos conjunturais, as desconstruções e a luta dos novos atores sociais em um Brasil no século XXI imersos em antagonismos aproximarão e afastarão os mais distintos grupos sociais diante dos novos mecanismos de controle, conforme o jogo de interesses (luta por poder). Mas nesse movimento, o jogo de poder que circunscreve a *accountability* nas esferas políticas, sociais e no campo da educação sofre deslocamentos criando uma certa desestrutura.

Essa desestrutura tem como móbil os antagonismos da democracia, no aspecto de seu fenômeno político constitutivo – o caráter inerradicável do antagonismo nas relações sociais. Esse antagonismo reflete na identidade dos indivíduos no jogo social.

Existe o status da força integradora que liga – em uma emancipação presente na própria ideia de gestão democrática – os docentes, estudantes e a escola que “sedia” o ato da educação formal, ou, em outras palavras, a maior ou menor responsabilidade e legitimidade recai a partir da capacidade de considerar os interesses, preferências e identidades sociais.

A produção de *regras do jogo* está inserida em um contínuo antagonismo entre dominantes-dominados, compreensão pode ser corroborada a partir de Schneider e Nardi (2019, p. 22):

Para além da regulação institucional, ou de sua suposta primazia em um conjunto social, e em vista de uma abordagem não funcionalista de regulação, Maroy e Dupriez (2008) aludem ao fato de as regras do jogo e a regulação efetiva serem também (e simultaneamente) construídas por baixo, pelos próprios atores, na busca de solução aos problemas de coordenação e de orientação nos sistemas de ação organizados. Consoante esse entendimento, as *regras do jogo* derivam de regulações autônomas e que interagem com a regulação institucional ou de controle, na acepção de Reynaud. Isso porque “os atores são também orientados por modelos ou enredos cognitivos e normativos, historicamente construídos e situados, que contribuem para combinar suas condutas e a regulação de suas permutas”.

No arranjo educacional de avaliações, prestação de contas o poder, como lugar vazio, que envolve a *accountability* está em uma disputa radical por sua significação. Um significante vazio, para Laclau (2011, p. 67), recordemos, “[...] é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado”. Em sua sobredeterminação no social, ele torna a realidade social um local vazio, um *locus* de incessantes disputas entre os múltiplos discursos dispersos – qualidade educacional, eficiência, proativo, performático ou estudante e docente de alto desempenho. Discursos que se inter cruzam em torno da *accountability* que compõe uma relação hegemônica articulando em torno de si uma cadeia valores cujo caráter definitivo de seus significados não é alcançado. A *accountability* com suas exigências de prestação de contas permite a dadas forças sociais articular discursivamente uma série de demandas instrumentais que, de outra forma, seriam incompatíveis entre si.

Na construção e implantação de políticas educacionais acreditamos não ser possível – como o antagonismo presente nas relações sociais – produzir as identidades coletivas e respectivos interesses políticos. À noção de *accountability*, isto é, a capacidade de impor sanções e responsabilizar quem se desincumbe bem de sua tarefa ou desempenho insatisfatório é ponto que surge as dimensões constitutivas: a *answerability*, a obrigação

de justificativa dos atos praticados, e o *enforcement*, o julgamento desses atos, uma espécie de prestação de contas (SCHEDLER, 1999).

Ao se trazer o desenvolvimento da *accountability* para a esfera da educação “[...] como a resultante da interação de três dimensões essenciais: avaliação, prestação de contas e responsabilização. [...]” (SCHNEIDER; NARDI, 2019, p. 7) passa-se a considerar de forma densa o desempenho educacional. Dentro dessas diferentes dimensões, o professor é considerado um dos elementos fundamentais, sendo diretamente responsável pelos resultados alcançados. De acordo com Schneider e Nardi (2019, p. 84) “[...] são os professores que ‘fazem funcionar’ a *accountability*. Logo, seriam eles que poderiam pôr em marcha um sistema de prestação e contas para as escolas. [...]”.

No entanto, é importante ressaltar que Schneider e Nardi (2019, p. 82) afirmam que “[...] a *accountability* é considerada uma ferramenta para produzir pressão em todos os níveis e setores educacionais [...]”. Diante disto, qual grupo tem sido atingido diretamente por essa pressão: os professores. Os docentes têm sido superexplorados, sendo responsabilizados pelos resultados dos indicadores educacionais, pela qualidade do ensino, são “convidados” a participar da gestão escolar, muitas vezes sem nenhum tipo de remuneração. Segundo Tardif e Lessard (2014, p. 113), alguns “[...] se engajam a fundo num trabalho que chega a tomar um tempo considerável, até mesmo invadindo sua vida particular, as noites, os fins de semana [...]”.

Contudo, todo esse contexto tem gerado um adoecimento, muitas vezes psíquico, dos professores, pois eles passam a se autoexplorar na busca pelos resultados. Então se levanta o questionamento: os docentes têm se reunido em torno de um discurso que combata esse elemento da política educacional que gera sua superexploração? Os professores têm se agregado em torno de um discurso comum, sua superexploração e tornando possível sua existência e conseqüente superação?

No atual contexto educacional, diante do discurso que tenta silenciar as ações contra hegemônicas deve-se buscar alternativas de resistência, mesmo que inglórias na aparência. A identificação de outros grupos sociais com a exploração sofrida pelos docentes comprova que sempre é possível sair do labirinto, representada pela *accountability* e sua dimensão avaliativa: a avaliação com conseqüências. As greves, participação em atos coletivos, os protestos etc. demonstra a prática social de resistência subterrânea que une os mais diversos segmentos da educação, por exemplo.

Caracteriza-se, a partir desse contexto, uma interessante proposta de análise da *accountability* educacional, enquanto mecanismo de controle da política pública, tendo como foco os discursos que têm sido elaborados pelos professores de diferentes níveis de ensino em torno de sua superexploração.

Conclusão

Em nosso artigo, aproximações iniciais envolvendo à Teoria do Discurso proposta por Laclau e Mouffe, apresentou-se uma ferramenta teórica através da qual podemos a realidade política e social contemporânea envolvendo bandeiras que se inter cruzam, movimentos sociais por avanço democrático e educação como um espaço de luta contra a exploração do trabalhador. A concepção de significante nos permite explicar de forma consistente os eventos populares que marcaram o país em 2013 e que repercutiram na estrutura política do país, e a resistência docente contra mecanismos de exploração.

O caráter plural, ambíguo e em muitos casos contraditório das Manifestações de Junho deve-se, a nosso ver, ao fato de que estamos diante de uma série de significantes vazios, bem como a luta dos docentes contra as políticas de *accountability* agregando a resistência contra suas próprias condições de trabalho, remuneração e sociais. Como buscamos demonstrar, um significante vazio por si só já é a articulação de um conjunto de demandas parciais. E, mesmo diante de um cenário antagônico é possível construir caminhos contra hegemônicos, pois existem resistências comprometidas com a educação pública e com a democracia radial.

Referências

- CARDOZO, G. L. O pós-estruturalismo e suas influências nas práticas educacionais: a pesquisa, o currículo e a "desconstrução". *Pensares em Revista*, n. 4, p. 118-134, 2014.
- FERREIRA, F. A. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 127, p. 12-18, 2011.
- FREDERICO, C. A mudança social no contexto de uma pluralidade de sujeitos políticos: contribuições teóricas de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Slavoj Zizek para a psicologia política. *Revista Psicologia Política*, n. 25, p. 571-590, 2009.
- LACLAU, E. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EDURJ, 2011.
- LACLAU, E. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: JUNIOR, A. A.; BURITY, J. A. (org.). *Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 21-37.
- LACLAU, E. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- LACLAU, E.; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.

- OLIVEIRA, G. G. S. de. *Pluralismo e novas identidades no cristianismo brasileiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- OLIVEIRA, G. G. S. de; OLIVEIRA, A. L.; MESQUITA, R. G. A teoria do discurso de Laclau e Mouffe e a pesquisa em educação. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, 2013.
- PINHO, J. A. G. de; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, n. 6, p. 1343-1368, 2009.
- SCHNEIDER, M. P.; NARDI, E. L. Políticas de *accountability* em educação: perspectivas sobre avaliação, prestação de contas e responsabilização. Ijuí: Ed. Unijuí, 2019.
- SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- TARDIF, M.; LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis: Vozes, 2014.